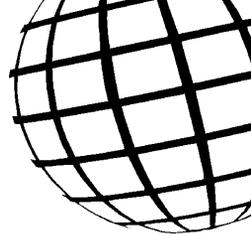


A visão paradigmática da China como grande potência



Arnaldo Gonçalves*

Quando Deng Xiao Ping lançou a vaga das suas reformas económicas em 1978, nem ele nem os seus sucessores poderiam ter imaginado quão revolucionária essa decisão se revelaria para os sucessos geopolíticos da China¹.

Liberta dos constrangimentos e ineficiências de uma economia de planificação central do tipo soviético, a China experimentou, nas últimas duas décadas, o que *The Economist* chamaria "a mais dinâmica explosão de riqueza na história humana". Este sucesso transformou a China num poder emergente na política mundial e se o seu crescimento económico persistir, ininterruptamente, permitir-lhe-á recobrar a proeminência geopolítica que deteve durante a dinastia Ming. Desafiando, eventualmente, os Estados Unidos na liderança do sistema internacional.

Numa fase inicial das 4 Modernizações², quando Deng procurava transformar a agricultura, a indústria, a ciência, a ciência e tecnologia e a defesa nacional, o principal propósito da China foi reunir um "compreensivo poder nacional". A obtenção de tais capacitações foi considerada indispensável para que a China pudesse salvaguardar a sua ordem e segurança interna abrindo caminho para reforçar as suas capacidades militares. O extraordinário sucesso desta estratégia que se projecta no crescimento, sem paralelo, do poder e na influência da China, nos últimos 20 anos, trouxe uma consequência involuntária: aumentou os receios, no plano regional e no mundo, acerca das verdadeiras intenções da China, no longo prazo. No curto prazo, despertou receios na Região Ásia-Pacífico e no primeiro e segundo mundos que o continuado crescimento do poder nacional chinês possa vir a produzir, no longo prazo, uma hegemonia regional que venha a pôr em causa a segurança regional e a

*Presidente do Fórum Luso-Asiático [FLA]. Professor de Relações Internacionais e Ciência Política [Macau, China]

1 Ver para maior desenvolvimento Arnaldo Gonçalves, "A viragem político-económica da China e os desafios do Terceiro Milénio", in *Revista do Instituto de Ciências Sociais e Políticas*, Lisboa, 1996, pág. 67-118.

2 Decisão tomada no 5.º Congresso Nacional do Povo Chinês em Fevereiro de 1978, *idem*, pág. 81-6.

autonomia política de pequenos e médios Estados que se venham a colocar no caminho da China. Ou pelo menos a fazer-lhe frente.

O agravamento destas percepções, em si contraditórias, levará, inevitavelmente, à formação de novas coligações estratégicas para contrabalançar o ascenso ou a ascensão da China no plano mundial. Este desenvolvimento, não apenas exacerbará a corrida pela garantia das melhores condições de segurança e defesa como forçará a China a optar pelo único caminho que tem, insistentemente, procurado evitar: ser desviada dos objectivos de crescimento

O agravamento destas percepções, em si contraditórias, levará, inevitavelmente, à formação de novas coligações estratégicas para contrabalançar o ascenso ou a ascensão da China no plano mundial. Este desenvolvimento, não apenas exacerbará a corrida pela garantia das melhores condições de segurança e defesa como forçará a China a optar pelo único caminho que tem, insistentemente, procurado evitar: ser desviada dos objectivos de crescimento económico para o plano das rivalidades estratégicas e do despique político, num tempo em que os seus esforços denonados para acumular “um compreensivo poder nacional” ainda não são plenamente satisfatórios e compensadores 

económico para o plano das rivalidades estratégicas e do despique político, num tempo em que os seus esforços denonados para acumular “um compreensivo poder nacional” ainda não são plenamente satisfatórios e compensadores.

Tornou-se assim obvio, para o Governo Central em Pequim, que para este desenvolvimento ser evitado será necessário um outro ajustamento na estratégia global da China. Naturalmente, a procura de um “compreensivo poder nacional” não pode ser abandonada.

Tal objectivo constitui, afinal, a fundação em que a elevação da China a um estatuto de grandeza precisa se fundar. Sem um poder global derivado do crescimento económico, da modernização tecnológica, da estabilidade política e de uma crescente capacitação militar, a China será incapaz de recobrar a sua almejada proeminência geopolítica. Uma modificação na aproximação geopolítica da China é, por isso, necessária. O novo alvo da estratégia global seria, assim, assegurar que o continuado crescimento do poder político da China deva, simultaneamente, impedir a formação de coligações de vizinhança que venham a emergir, como resposta a tal crescimento.

Uma grande estratégia que consubstancie tal intenção deverá,

assim, conduzir a um novo enquadramento doutrinário projectando as intenções pacíficas permanentemente reiteradas pela China na cena internacional numa tripla aposta: primeiro, numa ênfase nas boas relações de vizinhança, designadamente com os Estados contíguos, afastando-os da tentação de criarem coligações ou tomarem medidas para contrabalançar o poder projectado pela China; segundo, um esforço particular em usar o seu potencial de crescimento económico [e tecnológico] para criar dependências por parte de países rivais e neutrais; terceiro, uma vontade de apaziguar a potência hegemónica – os Estados Unidos – pelo menos até à medida em que, a China possa competir com o poder americano de uma forma autónoma e sustentada³. E através disso explorar, ao mesmo tempo, a insatisfação regional e mundial com os Estados Unidos, decorrente da intervenção no Iraque para fortalecer os seus próprios propósitos de reequilíbrio. Tal estratégia implica ainda três coisas: que a China se apresente num plano global desmentindo, ao mesmo tempo, as suas intenções de ascender a Grande Potência; que assegure um acesso estável aos recursos energéticos e naturais críticos ao seu processo de desenvolvimento; finalmente que procure exportar a cultura chinesa articulando-a como instrumento de legitimação externa e apólice de garantia das suas honrosas intenções.

Vários desenvolvimentos têm, nos últimos dois anos, indo de encontro a este ajustamento estratégico de enormíssimo significado político para o mundo e para o Ocidente. Os estrategistas chineses normalmente parcios em declarações para o exterior deram grande ênfase, em primeiro lugar, a declaração reiterada pelo Presidente Hu Jintao de observância estrita, pela China, da doutrina da “ascensão pacífica”, a qual determina que ao contrário do comportamento belicoso de outros poderes emergentes ou sobrantes da antiga Ordem, a ascensão da China se fará de forma absolutamente pacífica. A era actual de grande interdependência económica – afirmam os mesmos estrategistas – não só tornará a guerra entre a China e os seus parceiros económicos impensável, como possibilita aos dois lados “crescer em conjunto”, através das trocas comerciais favorecidas pela “espuma” da globalização. Embora esta perspectivação baseada na doutrina do liberalismo clássico e desenvolvida como antídoto aos medos de uma “ameaça chinesa” tenha sido contrariada, por heterodoxa, nalguns círculos do poder interno do Partido Comunista Chinês [PCC], por desajustada ao *socialismo de características chinesas* divinizado na Constituição, o mote geral prevalece em várias formulações derivadas como: “o

3 Sobre a política externa americana para a China ver a minha recensão em “A política externa americana para a região Ásia-Pacífico e o sistema internacional” incluída em *O diálogo Europa-China-Ásia-Pacífico: desafios e turbulências no século XXI*, coordenação Arnaldo Gonçalves, magno Edições, Leiria, 2004, pág 97-134.

desenvolvimento pacífico” e “a coexistência pacífica” da China com as outras nações. Independentemente de qual destas versões venha a ser efectivamente sufragada pelo Politburo e depois pelos órgãos do poder nacional, o surpreendente é que a China se tenha dado a tal labor doutrinário apesar das ondas reactivas que poderia despertar. Isso parece significar que a liderança nacional gasta bastante tempo a debater, nos *inner circle*, o que os outros países visionam sobre a ascensão da China ao estrelato e quais as consequências que daí resultam.

Esta nova ênfase da China nas boas relações de vizinhança contrasta, dramaticamente, com a sua actuação na década de 90, com a afirmação dos direitos extra-territoriais da China sobre as pequenas ilhotas situadas no Mar do Sul da China⁴ [e disputadas pelo Japão, Filipinas, Indonésia] ou em questões ainda não resolvidas de delimitação de fronteiras com os seus maiores vizinhos, entre os quais a Rússia. A China aproveita, agora, todas as oportunidades para assegurar aos Estados vizinhos [e ao mundo] que é um parceiro responsável e construtivo, aceita os códigos de boa conduta internacional quando as disputas territoriais têm consequências económicas e iniciou, recentemente, conversações formais com a Índia para as resolver, definitivamente. Ao mesmo tempo, iniciou um processo de adaptação às suas obrigações internacionais no campo da não-proliferação nuclear e mostrou abertura para pôr de lado disputas políticas que não pode ultrapassar, imediatamente, desde que as partes envolvidas não afrontem o *status quo* [caso do regime de Taiwan]. Em geral, a China centrou as suas energias em desenvolver o comércio e a cooperação com todos os Estados vizinhos e enquanto no passado se preocupou em enfatizar o estabelecimento de negociações bilaterais que acentuassem as suas próprias virtualidades mostra-se, hoje, disponível para entabular negociações multilaterais, nos *fora* internacionais [como a Organização de Cooperação de Xangai⁵ e a ASEAN], onde o seu poder se pode diluir, no conjunto dos demais países. Nalguns casos decisivos, como as Conversações do Directório dos 6 sobre a questão da Coreia do Norte, tomou a dianteira em complexas negociações em matérias políticas de altíssima sensibilidade⁶. O objectivo destas

4 Ver para uma síntese diacrónica Jianming Shen, “The essence of the Aceh and Xisha disputes and the prospect of their settlement” e “O conflito sobre o estreito de Taiwan” in *O Diálogo Europa-China-Ásia-pacífico*, coordenação Arnaldo Gonçalves, Edições Magno.

5 Organização constituída em 1996 pela China, Rússia, e três países da Ásia Central – Kazaquistão, Qirguzistão e Tajiquistão a que se juntaria o Uzbequistão em Junho de 2001 – nos termos dos quais foram já celebrados dois acordos, o *Acordo de medidas de confiança militar*, de 1996 e o *Acordo de redução de forças armadas nas regiões fronteiriças*, de 1997. O chamado espírito de Xangai contido em declaração da Organização de Cooperação de Xangai de Junho de 2002, tem por fundo a “confiança mútua”, o “benefício mútuo”, a “igualdade”, as “consultas mútuas”, o “respeito pela diversidade das culturas” e o “desejo de desenvolvimento conjunto”, paradigmas que são em grande parte uma projecção dos vetustos 5 princípios da coexistência pacífica, lançados por Chu Enlai na memorável Conferência de Bandung.

políticas tem sido reforçar a confiança e desenvolver relações amistosas com todos os grandes Estados periféricos da China – Rússia, Índia, Japão e os países da Ásia Central e do Sudeste Asiático - que possam vir a constituir forças de equilíbrio em qualquer futura coligação anti-Estados Unidos, que se venha a formar na Ásia.

Como parte deste esforço articulado de diluir a percepção crescente da China como uma ameaça, Pequim tem procurado convencer Washing-

ton que não tem “nem a intenção nem a capacidade” de desafiar a liderança americana na Ásia, ainda que persiga, subrepticamente, o propósito de promover um ambiente regional onde a presença militar e política dos Estados Unidos se torne, gradualmente desnecessária e inconveniente. Tendo em conta tais objectivos, a China adoptou uma subtil estratégia multidimensional em relação aos Estados Unidos e seus aliados.

Como parte deste esforço articulado de diluir a percepção crescente da China como uma ameaça, Pequim tem procurado convencer Washington que não tem “nem a intenção nem a capacidade” de desafiar a liderança americana na Ásia, ainda que persiga, subrepticamente, o propósito de promover um ambiente regional onde a presença militar e política dos Estados Unidos se torne, gradualmente desnecessária e inconveniente. Tendo em conta tais objectivos, a China adoptou uma subtil estratégia multidimensional em relação aos Estados Unidos e seus aliados 

Quanto aos primeiros, tem usado a luta mundial contra o terrorismo para se posicionar como um parceiro dos americanos, documentando e exibindo provas de solidariedade mesmo que procure afirmar o seu potentado económico, político, diplomático e mesmo militar na Ásia, em oposição aos interesses americanos. No que concerne aos aliados dos EUA - Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália e pequenos estados do Sudeste Asiático - a China tem usado o seu potentado económico para consolidar o seu abraço económico a um ponto tal que qualquer destes países se verá perante perdas catastróficas se vier a apoiar políticas anti-chinesas impulsionadas pelos Estados Unidos. Pequim tem prosseguido uma estratégia idêntica face a entidades mais distantes, como a União Europeia,

6 A maleabilidade e a proactividade mostrada pela China é, a todos os títulos, notável. A multilateralização da *détente* tem mais virtualidades que a bilateralização da negociação como pretendia Kim Jong-Il. Ver sobre as intenções escondidas “Questions about the rising giant”, Shintaro Ishihara, *International Herald Tribune*, April 23 2005.

que parece agora considerar a possibilidade de levantar o embargo à compra de armas por parte da China, o que conta com a explícita oposição dos Estados Unidos. Igualmente revelante, a China tem explorado todos os sinais de insatisfação regional ou global às obsessivas medidas protagonizadas pela Administração americana no quadro da luta antiterrorista, pondo-se no bico dos pés como uma alternativa amigável e não-preemptiva ao poder americano na região. Neste contexto, tem promovido uma plêiade de novos arranjos institucionais como o Fórum Regional da ASEAN [ARF da designação em inglês], ASEAN + 3 [Asean, China, Japão e Coreia do Sul] e a recente Comunidade Monetária Asiática, em que a China pode exercer uma liderança natural.

Por outro lado, a China tem começado a olhar para além da Região Ásia-Pacífico, percebendo, claramente, que se a sua pujança económica continuar a expandir, como todas as projecções económicas o comprovam a China terá a necessidade de dar volume à sua presença económica, para além das fronteiras regionais. De facto, a nova liderança chinesa tomou uma decisão marcante em 2000, ao complementar a sua focagem regional com o lançamento de novas formas de presença internacional. No curto prazo, esse envolvimento é dirigido primacialmente a assegurar fontes estáveis

Por outro lado, a China tem começado a olhar para além da Região Ásia-Pacífico, percebendo, claramente, que se a sua pujança económica continuar a expandir, como todas as projecções económicas o comprovam a China terá a necessidade de dar volume à sua presença económica, para além das fronteiras regionais 

de energia e matérias-primas para alimentar uma economia crescentemente exigente⁷. A China está claramente em processo de internacionalização da sua presença económica fora de portas em locais

como a Ásia Central, o Golfo Pérsico, mas, também, África e a América Latina.

Como parte desta “projecção internacional”, a China tem-se envolvido de forma crescente nas questões da governança internacional⁸, actuando através das Nações Unidas e de outras instâncias para fazer notar a sua “presença” numa variedade de questões que vão desde a luta contra o tráfico de estupefacientes, a preservação do meio-ambiente, o controle da corrida armamentista, a luta anti-sida. A China participa, neste momento, em mais de 50

7 Ver “China, Japan and gas”, *The Economist*, October 6. 2005.

8 Yong Deng and Thomas G. Moore, “China Views Globalization: Toward a New Great-Power Politics?”, *The Washington Quarterly* • 27:3 pp. 117-136.

Organizações Internacionais que envolvem governos e mais de um milhar de organizações não-governamentais internacionais. Curiosamente e numa evolução interessante, a China tem ganho consciência da necessidade de promover a sua cultura no estrangeiro, quer por causa de vantagens diplomáticas imediatas, quer pela convicção dos governantes chineses que um apreço genuíno pelo sentido de rectidão confuciana poderá ajudar a mitigar suspeições acerca do modo como a China poderá exercer o seu poder, no futuro. É com isso em mente que as grandes estações de televisão internacionais que decidem iniciar operações na China quando obtêm autorização para emitir na China se apressam a incluir programas chineses no seu pacote de programas a transmitir para o estrangeiro. Por outro lado, a China tem tomado medidas adicionais, promovendo novos centros de difusão do mandarim, criando uma rede de centros culturais no mundo, aumentando o número de visas atribuídos a estrangeiros para estudo e turismo e alargando a cobertura da Rádio Internacional da China e da CCTV 9 [canal de televisão em língua inglesa] a um nível mundial.

Vistas no conjunto, as recentes inflexões na estratégia global da China sugerem um esforço deliberado para fazer passar uma imagem doce, de moderação no estrangeiro com vista a se ajustar a um cenário internacional em permanente mudança, e por forma a suscitar oportunidades para dilatar as suas enormes capacidades e *status*. Neste ponto, os resultados têm sido contraditórios, uma vez que, ao mesmo tempo em que se procura projectar como parceiro internacio-

nal, a China tem que evitar alimentar os problemas regionais, no capítulo da segurança, o que passa pelo seu posicionamento em questões como o separatismo, as disputas territoriais, a competição pelo acesso às melhores fontes de energia,

matérias que lhe reduzem, manifestamente, a sua margem de manobra. Acumulando muito poder nos vários domínios em que este se estrutura, a China ver-se-á na situação de crescer capacidades militares significativas, o que levanta sempre grande celeuma e críspação nas capitais regionais e em Washington. O resultado final deste dinamismo polivalente pode ser algo que a China não

Vistas no conjunto, as recentes inflexões na estratégia global da China sugerem um esforço deliberado para fazer passar uma imagem doce, de moderação no estrangeiro com vista a se ajustar a um cenário internacional em permanente mudança, e por forma a suscitar oportunidades para dilatar as suas enormes capacidades e status 

deseja nem consiga prevenir.

Estes riscos, embora significativos, não escamoteiam a conclusão do que é fascinante no novo esforço da China em confrontar as tensões regionais é a coerência estratégica e a direcção consistente que subjaz a este ajustamento estratégico, para não se falar na certitude como tem sido flexibilizado, para afrontar os desafios da agenda internacional. Quando os seus interesses exigem uma focagem particular no pujante crescimento económico e num "*compreensivo poder nacional*" a grande estratégia da China singra no mesmo sentido. Quando as ansiedades sobre o poder ascendente da China se materializam, a China, habilmente, reajusta-se. A ênfase presente na "ascensão pacífica" da China satisfaz, naturalmente, os seus interesses no médio prazo quando se trata de rivalizar com o poder equivalente, em termos políticos: os Estados Unidos. Mas no futuro imediato, é bem provável que a estratégia global da China necessite de novos ajustamentos. É ainda incerto se isso levará a uma mudança de direcção em relação a uma postura mais assertiva ou apenas em aprofundar a acomodação à instabilidade que se verificará no plano regional ou mesmo mundial. O que parece certo é que Estados Unidos e mesmo a União Europeia não poderão ser surpreendidos pela eficácia deste realinhamento diplomático e económico da China em relação a vizinhos e aliados de ocasião, confiando em que as rivalidades e acrimónias do passado o anularão. A *souplesse* cândida da China neste envolvimento está projectada para que não falhe. As baías ideológicas há muito que deixaram de ser um empecilho e um condicionante.

